

A CIDADE E SEUS  
MODOS DE VIDA:  
REFLEXÕES ACERCA  
DA (SOBRE)VIVÊNCIA  
DA INDIVIDUALIDADE  
E DA SOCIABILIDADE  
NO CONTEXTO  
CITADINO

*Gleise da Rocha Passos\**

As formas como a individualidade tem se caracterizado no modo de vida das cidades, entendidas aqui como aglomerados urbanos que condensam tipos diferenciados de vida com flexibilidade e que se encontram inseridos num contexto atual de economia global, constitui a idéia norteadora do presente artigo.

Algumas indagações serão centrais nessa reflexão, a saber: A homogeneização, típica da cultura de massa presente no processo de globalização, substituiu a individualidade? É possível que as cidades sejam, por excelência, refúgios da intimidade? Como as pessoas se relacionam nesse ambiente heterogêneo e de fluxos intensos? De que forma as relações entre esfera pública e esfera privada moldam a vivência da subjetividade e do relacionar-se com o outro no contexto citadino?

Nessa perspectiva, interessa-nos fazer uma breve reflexão sobre as possibilidades de manifestação dessa individualidade frente ao cosmopolitismo e ao modo de vida citadino, na tentativa de compreen-

---

\* Mestranda em Sociologia na Universidade Federal de Sergipe e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).  
e-mail: grpassos@ig.com.br

der como as interações sociais têm se dado num ambiente onde a subjetividade e o próprio reconhecer-se como pessoa e agente social podem estar comprometidos e de perceber as formas de manifestação da individualidade num *locus* de intensa diferenciação como a cidade.

Atualmente, a cidade apresenta uma nova configuração, marcada pela globalização, na qual o Estado-Nação tem perdido de certa forma o seu poder de organização das políticas, tanto econômicas quanto culturais, para as agências e empresas transnacionais.

A fim de sobreviver na nova economia global, a partir dos anos 1980, as grandes empresas adotaram a formação de redes. Para absorver os benefícios da flexibilidade dessas redes foi preciso que as empresas dinamizassem sua estrutura interna através de uma descentralização de suas unidades e da crescente autonomia destas. Também, se antes as empresas tentavam controlar os mercados de forma externa, recentemente elas têm investido nas relações entre empresas nos locais de cada mercado, bem como nas informações oriundas desses locais e que circularão por essas redes.

Desse modo, as agências e empresas transnacionais vêm tomando as cidades como principal campo de suas ações, de maneira que hoje podemos falar em “cidades globais” e não mais somente em Nação. A cidade global pode ser entendida como

um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferente escala, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área vis-à-vis a rede global (Castells, 1999:407).

Com a globalização econômica – que adentrou outras esferas sociais – o Estado – Nação não pôde mais controlar suas fronteiras, de modo que “hoje, num mesmo Estado, coexistem pessoas de nacionalidades diferentes, de culturas, línguas e etnias diferentes” (Vieira, 2001:222). Esse processo não implica, entretanto, uma extinção das regiões e localidades. O que ocorre é que estas estarão agora integradas nas redes internacionais que movem seus aspectos mais dinâmicos.

Além disso, o fato de que a globalização gera um movimento contrário a ela própria - a regionalização ou localização - não deve ser de forma alguma desconsiderado. Muitas "regiões" européias na década de 1990, por exemplo, estabeleceram redes de cooperação entre instituições e empresas locais com o auxílio de governantes e elites empresariais, a fim de competirem no mercado mundial. Nesse sentido, é imprescindível que o "global" e o "local" sejam entendidos de forma relacional, permitindo-nos perceber ainda que

aplicada ao contexto particular da cidade, a capacidade da sua reodinamização pela globalização depende da figuração de outras 'globalidades' ou de outras 'localidades' que em conjunto se perfilam no decurso da actual concorrência intercidades (Fortuna, 1997:16).

Arjun Appadurai é um dos estudiosos que tem insistido na idéia de que o Estado-Nação moderno, que "*pressupõe o isomorfismo entre povo, território e soberania legítima*", encontra-se numa grave crise no mundo contemporâneo (Appadurai, 1997). Com a liberalização econômica em muitas partes do mundo, o surgimento de formações sociais não-nacionais e pós-nacionais e a perspectiva da produção globalizada da localidade, a base lógica fundamental do Estado-Nação - a soberania territorial - afasta-se cada vez mais do conceito de nação e das novas formas que ele assume no mundo contemporâneo.

Nesse contexto, as fissuras que emergem entre o local, o translocal e o nacional demonstram a necessidade de se refletir seriamente sobre as imagens atuais das cidades do espaço e da afiliação territorial, defende Appadurai.

Na sua cartografia pós-nacional, as cidades aparecem como locais que "tendem a estar fragilmente vinculados a seus ambientes nacionais e, ao contrário, estão integralmente envolvidos em fidelidades e interesses transnacionais" (Appadurai, 1997:41). Isso não descarta o fato de que os Estados-Nações tentam exercer um rígido controle sobre as cidades e sua vida cívica, entretanto, "tais esforços não poderão mais se basear no senso comum de que estas cidades e seus habitantes pertencem naturalmente a um território nacional" (idem).

As cidades têm sofrido também os efeitos do desenvolvimento crescente da comunicação eletrônica e dos sistemas de informação. Entrando em contato com esse aparato tecnológico, a população citadina terá seus processos sociais afetados. Com efeito, a sociedade que se expressa no espaço urbano nesse novo momento histórico tem sofrido diversas transformações estruturais que, por sua vez, vêm favorecendo o surgimento de novos processos e formas espaciais.

Tratando da complexa interação entre tecnologia, sociedade e espaço, Manuel Castells (1999) propõe a hipótese de que na “*sociedade em rede*” é o espaço que organiza o tempo. Considerando que o tempo e o espaço têm sido modificados pelos efeitos da tecnologia da informação e dos novos processos sociais induzidos pelas transformações históricas atuais (globalização, flexibilização, etc), o autor apresenta uma nova lógica que, segundo ele, está se tornando predominante em nossas sociedades: o espaço de fluxos.

“O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos” (Castells, 1999:436). Ele é um exemplo da nova lógica espacial marcada por uma multiplicidade de redes industriais globais nas quais a localização das fábricas agora importa menos que os fluxos industriais. Os fluxos (de capital, de tecnologia, de símbolos, de informação, etc...) expressam processos que direcionam a vida política, econômica e simbólica e, conseqüentemente, constroem nossa sociedade.

O espaço de fluxos encontra-se constituído por uma infra-estrutura tecnológica formada por um circuito de impulsos eletrônicos baseados na tecnologia de informação e suas redes são estabelecidas em centros de comunicação e sua organização direcionada pelas elites gerenciais dominantes.

Outro aspecto importante dessa nova lógica espacial é que o espaço de fluxos não é desprovido de lugar, embora sua fundamentação lógica o seja, isto é, esse espaço “está localizado numa rede eletrônica, mas essa rede conecta lugares específicos com características sociais, culturais, físicas e funcionais” (Castells, 1999:437).

Isso faz parte da idéia de Castells de que as relações virtuais não irão substituir as interações sociais reais e de que elas não prejudicam

as relações no espaço público urbano. Por exemplo: trabalhando em casa pela internet, uma pessoa teria um horário mais flexível que no escritório e poderia utilizar seu tempo livre para freqüentar os espaços reais da cidade. Assim, os negócios virtuais não extinguiriam o escritório, mas apenas diversificariam o local de trabalho. Nessa mesma lógica, as escolas e universidades não desapareceriam no espaço virtual - embora os computadores possam ser usados cada vez mais nas salas de aula - pois essas instituições se fundamentam ainda fortemente na interação pessoal.

Com efeito, saber até que ponto a virtualidade substituirá ou não a concretude do contato pessoal não é o mais importante a ser pensando aqui. A questão central é o fato inegável de que as relações sociais nos grandes aglomerados urbanos se encontram, hoje, marcadas por uma forte “superficialização” e pelo acirramento da individualização, que vão desde relações sociais cada vez menos aprofundadas até o isolamento individual e/ou social (em guetos, condomínios fechados, etc).

Entendemos aqui como superficialização o aspecto de que as relações sociais encontram-se marcadas na vida contemporânea por uma séria dificuldade no estabelecimento de laços mais duradouros. Nesse sentido, notamos que

substituídos os compromissos pelos encontros passageiros e pelas relações ‘até nova ordem’ ou ‘por uma noite’ (ou por um dia), podemos excluir do cálculo os efeitos que nossas ações podem ter sobre a vida dos outros (Bauman, 2003:51).

Um dos exemplos das interações marcadas pela superficialidade pode ser encontrado naquilo que Louis Wirth (1997) chamou de “banalização da comunicação”, ou seja, na limitação do conteúdo de nossa comunicação aos assuntos supostamente comuns ou do interesse de todos. Decerto, é possível que passemos um longo tempo na sala de espera de uma clínica ou de uma empresa e o conteúdo de nossas conversas girem em torno de perguntas e exclamações, tais como: Está quente hoje, não é? Como o atendimento aqui demora! Parece que vai chover!

Em seu livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Zygmunt Bauman mostra como o viver em comunidade ou o pertencer a uma comunidade sempre transmitiu uma boa sensação e uma idéia de proteção, mas alerta que muitas comunidades existentes, ao contrário das comunidades imaginadas, tornam cada vez mais presente e complexa a contradição entre segurança e liberdade.

A partir de sua preocupação em avaliar os riscos das soluções para o dilema entre a segurança e a liberdade e entre a comunidade e a individualidade, Bauman ressalta muito bem como os perigos do distanciamento e da exclusão nas práticas sociais encontram-se atualmente escondidos sob um falso conceito de comunidade. As “comunidades cercadas” – aquelas fortemente guardadas e eletronicamente controladas – são um exemplo de “comunidades só no nome”. No fundo, o que os bem-sucedidos moradores dessas comunidades querem é manter distância da “confusa intimidade” da vida comum da cidade e para isso estão dispostos a pagar caro para terem “o direito de manter-se à distância e viver livre dos intrusos” (Bauman, 2003:52).

Já no final do século XIX, Georg Simmel afirmava que da tentativa de se preservar a individualidade diante dos ditames da cultura da vida contemporânea decorriam os problemas mais complexos da vida moderna. Segundo ele, a cidade moderna (a metrópole) está baseada num modo de vida essencialmente racional, ao contrário da pequena localidade cuja “vida mental” reside nos sentimentos e emoções. Destarte, em geral, a “técnica da vida metropolitana” não pode ser concebida sem que suas atividades e relações recíprocas estejam organizadas pela pontualidade, pela calculabilidade e pela exatidão, ou melhor, pelo “espírito moderno” que transcende todos os elementos subjetivos.

“Na metrópole, a atitude mental das pessoas, umas com as outras, pode ser tida como sendo, formalmente, uma atitude de reserva” (Simmel, 1997:36). Esse comportamento, porém, não consiste apenas numa atitude de distanciamento e indiferença com relação ao outro, mas compreende uma possibilidade do indivíduo assegurar um certo grau de liberdade pessoal face a complexidade da vida metropolitana. Dessa maneira, ao invés de reagir emocionalmente às perturbações provocadas pelo ambiente externo, o homem metropolitano reage de forma menos

sensível e mais racional, visando proteger sua vida interior diante da influência da cultura metropolitana.

Pensamos, então, que tal atitude de reserva poderia explicar o fato de não se conhecer, por exemplo, os vizinhos com quem dividimos o prédio, a rua ou o quarteirão há anos. Mas explicaria também porque, além de não os conhecermos, não somos conhecido por eles.

O distanciamento desse homem metropolitano em face de muitos outros habitantes da cidade não o permite conhecer nem ser conhecido. Isso, conforme Hannah Arendt, seria o mesmo que ele não existir.

Em Arendt (1987) o “público” é compreendido a partir de dois significados diferentes, porém, correlatos. Primeiramente, “público” refere-se a tudo o que, ao ser amplamente divulgado, pode ser visto e ouvido por todos. É, portanto, o fato de que outros vêem e ouvem o mesmo que nós vemos e ouvimos que constitui e nos garante a realidade do mundo e de nós mesmos, ainda que esta seja apenas aparente.

Assim, a nossa percepção da realidade encontra-se dependente da existência de uma esfera pública que traga à tona as coisas que estão numa existência resguardada ou mesmo na nossa vida íntima e privada.

O segundo significado de “público” diz respeito ao mundo que une e, simultaneamente, separa os homens. Um mundo que é comum a nós, mas que se diferencia com relação ao lugar que nele ocupamos. Um mundo que corresponde não somente a terra ou à natureza, mas também ao mundo produzido pelas mãos humanas no qual o próprio homem habita, uma “comunidade de coisas” que une os homens e estabelece entre eles relações de dependência.

Também o mundo comum caracteriza-se por aquilo que transcende tanto o passado quanto o futuro. Aliás, essa transcendência para a imortalidade terrena é, para Arendt, a condição essencial para a sobrevivência de qualquer esfera pública. Por esse motivo, talvez a perda de uma preocupação séria com a imortalidade seja a melhor explicação do desaparecimento da esfera pública na modernidade, uma vez que hoje os homens não mais ingressam na esfera pública em vista de algo particular ou comum a outros que permaneça após sua morte. Pior, então, do que a privação de liberdade e de visibilidade para os escravos grego e romano seria o fato de morrerem sem ter deixado vestígios de sua existência.

A vida pública é, por excelência, o âmbito da realização da humanidade. Ela consiste numa esfera de visibilidade, comunidade e liberdade, em contraposição à vida privada que é marcada pela ocultação, individualidade e privação. É a esfera pública que traz à tona os temas, as idéias, os sentimentos, que estão resguardados na vida privada. Em contrapartida, a esfera privada é o locus da "privação". Nela, o homem encontra-se privado da realidade que lhe oferece as condições essenciais a uma vida verdadeiramente humana ao uni-lo e separá-lo de outros homens por um mundo comum de coisas e ao lhe dar a oportunidade de realizar algo que dure mais que sua vida.

Se o indivíduo fecha-se na sua vida privada, a sua existência enquanto ser humano fica comprometida pois "o homem privado não se dá a conhecer e, portanto, é como se não existisse" (Arendt, 1987:65). Ao contrário do homem público, o que o homem privado faz não traz consequência a outros, uma vez que o que para ele importa não tem necessariamente interesse alheio.

Na sociedade moderna a vida privada tem sido privilegiada em detrimento da vida pública, provocando também uma confusão entre essas duas esferas. Num país como o Brasil, onde a diferenciação entre as esferas pública e privada permeia toda a configuração social, tal indistinção faz com que o público seja apropriado pela esfera privada e as relações políticas sejam vistas como extensões das relações privadas. Conseqüentemente, o âmbito político é marcado pelo predomínio de interesses privados em detrimento da noção de interesse público.

Como nos diz Sennet, em decorrência da confusão entre vida pública e vida íntima, "as pessoas tratam em termos de sentimentos pessoais os assuntos públicos, que somente poderiam ser adequadamente tratados por meio de códigos de significação impessoal" (Sennet, 1998:18).

Além disso, também no Brasil a postura centralizadora que o Estado assumiu (principalmente entre 1930 e 1970) delega a este a função de agente fundamental da organização e transformação sociais. Nesse sentido, além de monopolizada pelo Estado, "a esfera pública foi sempre confundida com o espaço estatal" (Teixeira et alli, 1998-1999:49).

Com efeito, as consequências desse desequilíbrio entre esfera pública e esfera privada não atingem apenas a vida social em seu aspecto

macro, mas incidem também sobre o cotidiano das relações sociais. É nesse âmbito, portanto que surgem problemas como a exacerbação da intimidade e a vulgarização da busca da personalidade e da auto-realização.

As questões modernas da vida privada chegaram a um ponto em que “o eu de cada pessoa tornou-se o seu próprio fardo; conhecer-se a si mesmo tornou-se antes uma finalidade do que um meio através do qual se conhece o mundo” (Sennett, 1998:16).

A busca de quem nós somos, ou melhor, de “quem sou eu” pode, portanto, ser muito dolorosa e chegar até mesmo a obsessões com a individualidade, explica Sennett (1998).

Segundo o autor, a preocupação de um enorme número de pessoas com a história de suas próprias vidas e com suas emoções pessoais tem se mostrado muito mais uma “armadilha” do que uma “libertação”. Isto porque a vulgarização da “busca romântica” da personalidade e de auto-realização traz à sociedade um custo muito elevado, qual seja: “a erosão da vida pública”.

No que se refere à vida pública, observa-se que as interações sociais estão permeadas por um paradoxo entre visibilidade e isolamento.

Diversas cidades, prédios, escritórios e outras construções urbanas têm sido enquadrados numa lógica de eliminação das barreiras visuais. A retirada de divisórias dos escritórios e as amplas áreas internas abertas dentro deles exemplificam tal lógica.

Entretanto, essa visibilidade para os outros pode provocar um distanciamento, diminuindo a sociabilidade, e ser utilizada como uma forma de proteção da intimidade. Pensemos nos carros e prédios de vidro fumê: quem está dentro não quer ser visto, mas tem a “segurança” de estar observando o que acontece fora.

O isolamento, por sua vez, pode ser compreendido em três sentidos: em primeiro lugar, o isolamento consiste numa inibição do habitante da cidade ao sentir que o meio em que ele está “sugere” a possibilidade de relacionamento; em segundo, pode ser visto como uma atitude decorrente da ausência de significação e de interesse desse sujeito com relação ao que o circunda; e em terceiro lugar, pode significar um isolamento provocado pela exposição aos outros através da visibilidade (Wirth, 1997).

Tais características do isolamento podem explicar o fato de que, diante de tantas possibilidades de convívio e interação com outras pessoas, o indivíduo prefira ficar durante horas na frente do computador “navegando” pela internet e conversando com outros pelo *chat* (bate-papo). E, levando-se em conta que este fato tem sido freqüente no cotidiano citadino, essa preferência pelo isolamento implicará em sérias mudanças na sociabilidade dos atores sociais e no espaço em que ela acontece.

Uma dessas mudanças consiste num certo esvaziamento do espaço público urbano, que aqui se refere muito mais a um esvaziamento do sentido de esfera pública do que a uma diminuição na quantidade de pessoas presentes no espaço urbano.

Uma das características da vida pública moderna é justamente o fato de que o espaço público urbano passa a destinar-se à passagem e ao movimento, e não mais à permanência. Aliás, em pleno limiar do século XXI parece que nada dura muito tempo ou não dura tempo suficiente para se tornar familiar.

Deixaram de existir os simpáticos mercadinhos de esquina; se conseguiram sobreviver à competição dos supermercados, seus donos, gerentes e rostos atrás dos balcões mudam com excessiva freqüência para que qualquer um deles possa substituir a permanência que já não se encontra nas ruas. Também desapareceram o banco local e os escritórios da construtora, substituídos pelas vozes anônimas e impessoais (cada vez mais produzidas por sintetizadores eletrônicos) (...). Também não existe mais o carteiro, que batia à porta seis dias por semana e se dirigia aos moradores pelo nome. Chegaram as lojas de departamentos e cadeias de butiques, e que, espera-se, sobreviveriam à fusões ou trocas de donos, mas que trocam de pessoal a uma tal velocidade que reduz a zero a chance de se encontrar duas vezes seguidas o mesmo vendedor (Bauman, 2003:46-47).

Com esse destino, esse espaço fica desprovido de sentido e torna-se um “*espaço público morto*” (para usarmos as palavras de Sennett), fazendo com que as pessoas procurem se sociabilizar em espaços mais

íntimos e reservados. Nesse sentido, estar em público na cidade moderna não significará necessariamente o mesmo que estar se dando a conhecer.

Frente ao cosmopolitismo típico das cidades, os indivíduos lançarão mão também de diversas alternativas de preservação da sua individualidade. Uma delas é o fato de chamar a atenção dos outros numa tentativa de se fazer notar. Algumas pessoas consideradas excêntricas no modo de vestir, falar, agir, etc, muitas vezes ganham destaque em programas de televisão, noticiários e, especialmente, nos olhares. De fato, nem sempre essa excentricidade é tomada pelo outro como algo positivo, mas estamos pensando aqui numa sociedade que atualmente, de um modo ou de outro, considera o fato de ser diferente em algum aspecto como fonte de identidade e mesmo de auto-estima; o que pode ser também associado ao prazer em se sentir único, particular, pessoa.

Nesse aspecto, um movimento interessante tem ocorrido na sociedade, sendo aproveitado especialmente pelo setor de serviços. Trata-se da tentativa de (re)valorização da individualidade. Várias empresas de serviço têm apostado na direção do chamado atendimento personalizado, bem como no produto sob medida. Em certas agências bancárias você pode ter um gerente particular disponível até 24 horas para atendê-lo. Isso sem falar nas empresas (como as de cartão de crédito) que enviam correspondências com seu nome, geralmente em destaque, no lugar do seu número de cadastro ou da pura denominação de cliente. Tem-se ainda a possibilidade de comprar um carro pela internet, montando-o e escolhendo os acessórios de acordo com seu interesse próprio.

Ora, numa época de constantes investidas na homogeneização cultural - bem representada pela máquina de xérox - as possibilidades de se "respirar" um pouco de exclusividade são bem vindas. Talvez isso se dê pelo resgate de um sentido de personalidade e subjetividade que vem sendo reduzido.

Olhando por outro ângulo, os exemplos citados podem constituir uma ilusão de que se está tendo uma prestação de serviço personalizada e um atendimento diferenciado. Pode-se não pensar no fato de que a correspondência da empresa foi a mesma que outros milhares receberam ou que o gerente do banco usa para quase todos o mesmo discurso de

“No nosso Banco o cliente vem sempre em primeiro lugar” ou ainda não se percebe que as peças do carro que podemos montar com um clique do *mouse* são as mesmas disponíveis aos que podem usar esse tipo de serviço.

No contexto citadino há quem busque também se tornar semelhante a outrem numa tentativa de ser conhecido pelos outros. Para muitos sujeitos, vestir-se de modo parecido ao de outros, possuir alguns objetos comuns ou mesmo comportar-se de modo semelhante não causa incômodo no sentido de um comprometimento da identidade pessoal, pois vêem essas semelhanças como indicadores de identificação com outrem e portas de entrada para estabelecerem vínculos sociais. Enquanto uma pessoa entra numa loja e procura comprar uma camisa que seja diferente das demais, ainda que pague mais caro pela peça única, outra pode querer na mesma loja obter uma camisa que “esteja na moda” ou que tenha características parecidas às camisas que usam aquele(s) com que ela deseja se identificar. Ressalte-se que, na verdade, tais escolhas não são muitas vezes tão conscientes e explícitas.

Convém observar que as duas tentativas (diferenciar-se e igualar-se) podem advir de uma mesma pessoa em situações diferentes ou numa mesma situação, mas ambas localizam-se num processo de recuperação de uma identidade/individualidade que tem sido ameaçada pela cultura de massa tão marcante no modo de vida das cidades contemporâneas.

A subjetividade na cultura da metrópole foi atrofiada pela preponderância do “*espírito objetivo*” que comprometeu as características da pessoa a ponto de reduzir o indivíduo ao número e de dificultar a atribuição de um estatuto individual à personalidade de cada pessoa (Simmel, 1997). Nas cidades modernas, mesmo com o alto grau de diversificação de sujeitos e de modos de vida existe uma tendência ao nivelamento social expressa, sobretudo, na redução do que é qualitativo ao quantitativo. É o caso da monetarização das relações sociais: o dinheiro tornou-se o denominador comum de satisfação das necessidades (ver Arendt, 1987; Simmel, 1997).

Segundo Louis Wirth, junto à dimensão demográfica e à densidade (de relações e contato) no espaço urbano, a heterogeneidade de tipos sociais constitui a “definição sociológica da cidade”:

(...) a cidade não é apenas, cada vez mais o lugar de habitação e de trabalho do homem moderno, mas também o centro que põe em marcha e controla a vida econômica, política e cultural, que atraiu à sua órbita as mais remotas regiões do globo, configurando um universo articulado de uma enorme variedade de áreas, povos e atividades (Wirth, 1997:45).

Mas essa complexidade, expressa por uma variabilidade no local de residência, no tipo de emprego, nos interesses, nas atividades culturais, etc, torna mais difícil a promoção e conservação de relações próximas e duradouras entre seus habitantes, argumenta o autor. Contudo, não podemos ignorar, o modo de vida da cidade promove formas de interdependência entre os indivíduos:

as relações e preocupações do habitante da metrópole típico são tão variadas e complexas que, especialmente como resultado da aglomeração de tantas pessoas com interesses tão diferenciados, as suas relações e actividades se interlaçam umas com as outras num único organismo multifacetado (Simmel, 1997:34).

Para Wirth, essas relações de interdependência não ocorrem sem conflitos, porém, ainda que de maneira complicada e volátil, elas geram diversos núcleos de interesse, como as organizações voluntárias, por exemplo. Aliás,

é principalmente através da atividade dos grupos voluntários, sejam os seus objetivos econômicos, políticos, educacionais, religiosos, recreativos ou culturais, que o habitante da cidade exprime e desenvolve a sua personalidade, adquire estatuto e consegue desempenhar o rol de atividades que o seu percurso de vida comporta (Wirth, 1997:62).

Ressalte-se, entretanto, que as pessoas podem ter sua autonomia comprometida no meio urbano, tornando-se massas sujeitas à manipulação – distante ou invisível – de indivíduos que as direcionam nos bastidores, uma vez que para participar da vida social, política e econô-

mica da cidade as pessoas precisam submeter sua individualidade às exigências do coletivo, da comunidade, e acabam mergulhando nos movimentos de massas.

A partir das idéias de que na esfera pública não pode haver uma medida comum das relações, posto que ela reúne inúmeros aspectos e perspectivas diferenciadas, e de que, embora o mundo seja comum a todos, cada um ocupa nele um lugar específico que não pode ser o mesmo que o do outro, Arendt (1997) conclui que: somente quando há variedade de pontos de vista e de posição e o interesse comum num mesmo objeto, isto é, apenas quando todos o vêem numa ampla diversidade, é que se pode ter a garantia de uma realidade que se manifesta de forma fidedigna e verdadeira, ao contrário do que ocorre com a nossa falsa idéia de realidade como constituída pelo que é visto e ouvido por nós e pelos outros.

O mundo comum é destruído, então, quando se acaba com os aspectos pelos quais ele manifesta a pluralidade humana, só se permitindo ver este mundo através de um único aspecto e ponto de vista. É o que acontece, por exemplo, nas tiranias e na sociedade de massas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade é um locus de manifestação da pluralidade dos sujeitos que nela vivem, expresso pela diversidade de gostos, interesses, sociabilidades. Ela é como “um pulsar de espaços e lugares interpenetrados, confrontos entre singularidades, num amplo cenário explicitamente político” (Arantes, 2000:120). Entendendo, portanto, a cidade, como configuração dotada de pluralidade, sugerimos que a busca pela (sobre)vivência da individualidade e da singularidade por parte de diversos indivíduos e grupos tem resultado em várias tentativas de afirmação e vivência de identidade - individual ou coletiva - e, simultaneamente, proporcionado constantes negociações para a convivência e permanência das diferentes sociabilidades nesse espaço, compreendido aqui não apenas como configuração física, mas principalmente como campo político das ações e interações sociais.

## RESUMO

Este artigo trata-se de uma reflexão acerca da vivência (ou sobrevivência) da individualidade no *locus* heterogêneo que é a cidade global. Ressaltando questões como vida pública e vida privada, individualidade e sociabilidade, e algumas conseqüências da globalização e suas interferências no contexto citadino, tenta-se compreender como as interações sociais têm se configurado atualmente nesse ambiente onde a subjetividade e o reconhecimento como ser social podem estar comprometidos. Visa-se ainda destacar algumas formas de manifestação da individualidade frente a diferenciação marcante da cidade moderna.

**Palavras-chave:** Sociabilidade, esfera pública, individualidade, cidade

## ABSTRACT

This article concerns about the experience of the individuality in the heterogeneous *locus* that is the global city. Emphasizing questions like public life and private life, individuality and sociability, and some consequences of the globalization and its interferences in the urban context, it tries to understand how the social interactions have been configuring nowadays in this environment where the subjectivity and the recognizing as a social being can be damaged. It is still supposed to emphasize some forms of manifestation of the individuality facing the prominent differentiation of the modern city.

**Key words:** sociability, public sphere, individuality, city.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, Arjun. **Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional**. *Novos Estudos CEBRAP*, n.º 49, novembro 1997, p.33-46.
- ARANTES, Antonio A. **Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2000.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- BAUMAN, Zygmunt, **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A Revolução Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- \_\_\_\_\_. **A Sociedade em Rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- FORTUNA, Carlos (org). **Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de Sociologia**. Oeiras, Celta Editora, 1997. (Introdução).
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.
- SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida do espírito**. In: Fortuna, Carlos (org). **Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de Sociologia**. Oeiras: Celta Editora, 1997.
- TEIXEIRA, Ana Cláudia C; Paes de Paula, Ana P; Silva, Carla Cecília R. Almeida; Dagnino, Evelina; Carvalho, Lígia H. H. Lüchmann; Tatagiba, Luciana; Carvalho, Maria do Carmo A. A.; Laisner, Regina C.; e Carvalho, Sérgio Resende. (Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática). **Dossiê: os movimentos sociais e a construção democrática**. *Revista Idéias*. Campinas: UNICAMP. 5(2)/6(1), 1998-1999. p:7-124.

VELHO, Gilberto. **Antropologia e Cidade**. In: Oliveira, Lúcia Lippi (org). **Cidade: História e Desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

WIRTH, Louis. **O urbanismo como modo de vida**. In: Fortuna, Carlos (org). **Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de Sociologia**. Oeiras: Celta Editora, 1997.